

**PROCEDIMENTO N.º P25/AD/AMT/2024**  
**AJUSTE DIRETO**

**Aquisição e instalação de sistema de controlo de  
acessos ao edifício sede da AMT**

**CADERNO DE ENCARGOS**

## ÍNDICE

<b>PARTE I - CLAÚSULAS JURÍDICAS.....</b>	<b>4</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> Objeto do contrato .....	4
Cláusula 2. <sup>a</sup> Preço base .....	4
Cláusula 3. <sup>a</sup> Local de entrega e instalação dos equipamentos.....	4
Cláusula 4. <sup>a</sup> Prazo de execução do contrato.....	5
Cláusula 5. <sup>a</sup> Obrigações do adjudicatário .....	5
Cláusula 6. <sup>a</sup> Preço contratual .....	6
Cláusula 7. <sup>a</sup> Condições de Pagamento.....	6
Cláusula 8. <sup>a</sup> Revisão de preços.....	7
Cláusula 9. <sup>a</sup> Adiantamentos.....	7
Cláusula 10. <sup>a</sup> Caução .....	7
Cláusula 11. <sup>a</sup> Gestor do contrato.....	7
Cláusula 12. <sup>a</sup> Patentes, Licenças e Marcas Registradas .....	7
Cláusula 13. <sup>a</sup> Sanções Contratuais.....	8
Cláusula 14. <sup>a</sup> Casos Fortuitos ou de Força Maior.....	8
Cláusula 15. <sup>a</sup> Cessão da Posição Contratual e Subcontratação.....	9
Cláusula 16. <sup>a</sup> Resolução e Extinção do Contrato.....	10
Cláusula 17. <sup>a</sup> Sigilo e confidencialidade .....	10
Cláusula 18. <sup>a</sup> Prevenção de conflitos de interesses.....	11
Cláusula 19. <sup>a</sup> Proteção de dados pessoais.....	11
Cláusula 20. <sup>a</sup> Elementos do Contrato e Prevalência.....	13
Cláusula 21. <sup>a</sup> Publicidade .....	14

Cláusula 22. <sup>a</sup> Notificações e Comunicações.....	14
Cláusula 23. <sup>a</sup> Contagem de prazos.....	14
Cláusula 24. <sup>a</sup> Pacto de Competência .....	15
Cláusula 25. <sup>a</sup> Direito aplicável.....	15
Cláusula 26. <sup>a</sup> Entrada em vigor .....	15
<b>PARTE II - CLAÚSULAS TÉCNICAS.....</b>	<b>16</b>
Cláusula 27. <sup>a</sup> Equipamentos.....	16
Cláusula 28. <sup>a</sup> Entrega e montagem dos Equipamentos.....	16
Cláusula 29. <sup>a</sup> Funcionalidades e Características do Sistema.....	16
Cláusula 30. <sup>a</sup> Requisitos técnicos dos terminais de acessos do exterior.....	17
Cláusula 31. <sup>a</sup> Requisitos técnicos dos terminais de acessos interiores.....	17
Cláusula 32. <sup>a</sup> Atualizações e Suporte.....	18
Cláusula 33. <sup>a</sup> Níveis de Serviço.....	18
Cláusula 34. <sup>a</sup> Prazos de garantia.....	18
<b>ANEXO 1 .....</b>	<b>19</b>

## **PARTE I - CLAÚSULAS JURÍDICAS**

### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

#### **Objeto do contrato**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, com a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, doravante abreviadamente designada por AMT, na sequência do presente procedimento pré contratual que tem por objeto a Aquisição e instalação de sistema de controlo de acessos ao edifício sede da AMT.

### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

#### **Preço base**

- 1 - O preço base para efeitos do presente procedimento é de € 19.102,00 (dezanove mil, cento e dois euros), acrescido de IVA nos termos legais em vigor.
- 2 - O preço referido no n.º 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à entidade adjudicante, como sejam despesas com deslocações, transporte, alojamento, encargos com telecomunicações e seguros de acidentes de trabalho bem como, os custos relativos à instalação dos bens/equipamentos, incluindo todos os materiais necessários para o efeito e a manutenção preventiva e corretiva
- 3 - No caso de a proposta apresentar um preço contratual superior ao preço base é imediatamente excluída nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
- 4 - Em cumprimento ao dever de fundamentação imposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP, o preço base foi estabelecido com base num pedido de cotação à entidade a convidar.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **Local de entrega e instalação dos equipamentos**

Os equipamentos deverão ser entregues e instalados nas instalações da AMT sitas na Avenida António Augusto de Aguiar, n.º 128, em Lisboa.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Prazo de execução do contrato**

O prazo de execução do contrato será contado desde a data da sua assinatura, tendo o seu termino após decorridos 60 (sessenta) dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações do adjudicatário**

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
  - a) Executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, em conformidade com os requisitos e especificações constantes do presente caderno de encargos, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência, o zelo e a pontualidade das melhores práticas;
  - b) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
  - c) Deter todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários ao cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
  - d) Manter sigilo e garantir confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus colaboradores.
- 2 - O adjudicatário deverá ainda, comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.

## **Cláusula 6.ª**

### **Preço contratual**

- 1 - Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a AMT pagará à entidade adjudicatária o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de cargas fiscais e parafiscais às taxas legais em vigor, se estas forem legalmente devidas.
- 2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesa cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AMT.

## **Cláusula 7.ª**

### **Condições de Pagamento**

- 1 - As quantias devidas pela AMT ao abrigo do contrato que se pretende celebrar processam-se no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de receção da fatura, e após validação e aceitação por parte da AMT.
- 2 - Caso a fatura apresentada não seja aprovada pela AMT, por estar desconforme com o contrato, esta comunica tal decisão ao adjudicatário, no prazo de 5 (dias) após a receção, apresentando os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a apresentar outra em sua substituição, devidamente corrigida.
- 3 - Nos termos do artigo 299.º-B do CCP, as faturas revestem a forma eletrónica e devem ser remetidas à AMT através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados para a Plataforma da Saphety disponível através do link <https://network.saphety.com/fe-pedido-contato>.
- 4 - Após a aprovação da fatura pela AMT, o pagamento será efetuado por transferência bancária para o IBAN indicado em documento bancário apresentado pelo adjudicatário.
- 5 - O não cumprimento do prazo previsto no n.º 1, faz incorrer a entidade adjudicante no pagamento de juros de mora, nos termos do disposto no artigo 326.º do Código dos

Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Revisão de preços**

Não haverá lugar à revisão de preços.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Adiantamentos**

No âmbito da presente contratação não há lugar a adiantamentos.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Caução**

Não haverá lugar à prestação de caução, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Gestor do contrato**

- 1 - Aquando da adjudicação, e para efeitos de acompanhamento e execução do contrato, de acordo com o estipulado no artigo 290.º-A do CCP, a AMT deverá designar um gestor do contrato.
- 2 - O adjudicatário deverá indicar a pessoa na sua organização que será responsável pela execução do contrato, sendo igualmente o interlocutor com o gestor do contrato designado pela AMT.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

- 1 - Serão da inteira responsabilidade do adjudicatário, os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na execução da prestação de serviços, de quaisquer

patentes, licenças, marcas e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

- 2 - Se a AMT vier a ser demandada por ter sido infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário responde por todas as despesas nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 447.º do CCP.
- 3 - Nos termos e para os efeitos legais vigentes, todo e qualquer trabalho executado no âmbito do objeto do contrato, será considerado propriedade da AMT.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Sanções Contratuais**

- 1 - No caso de incumprimento das obrigações fixadas no contrato por causa imputável ao adjudicatário, pode ser aplicada uma multa 5% sobre o preço contratual.
- 2 - O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade de proceder à resolução do contrato, nos termos do n.º 2 da Cláusula 16.<sup>a</sup>.
- 3 - Nos casos em que seja atingido o limite de 20% do preço contratual e a entidade adjudicante não proceda à resolução do contrato, por daí resultar grave dano para o interesse público, o limite do valor acumulado é elevado para 30%.
- 4 - A aplicação da sanção prevista na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **Casos Fortuitos ou de Força Maior**

- 1 - Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
- 2 - A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem com informar o prazo previsível para restabelecer a situação.



- 3 - Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive da falta ou negligência de qualquer delas.
- 4 - Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, se aplicável, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedade dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Cessão da Posição Contratual e Subcontratação**

- 1 - O adjudicatário não pode transmitir quaisquer direitos ou obrigações emergentes do contrato a terceiros, sem prévia autorização, por escrito, da AMT.

- 2 - A responsabilidade pela execução de todas as prestações dos serviços incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, é sempre do adjudicatário e só dele, salvo no caso de cessão da posição contratual devidamente autorizada.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Resolução e Extinção do Contrato**

- 1 - Em caso de resolução contratual, quer por parte do adjudicatário, quer por parte da AMT, aquela será regulada pela disciplina constante dos artigos 325.º a 329.º, 332.º a 335.º e 448.º e 449.º do CCP, respetivamente.
- 2 - As violações graves das obrigações assumidas por uma das partes conferem, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de resolução do contrato, designadamente, nos termos dos artigos 332.º e 333.º do CCP, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
- 3 - A extinção do contrato obedece ao disposto nas várias alíneas do artigo 330.º do CCP.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Sigilo e confidencialidade**

- 1 - O adjudicatário e todos os elementos da sua equipa de trabalho ou terceiros por si contratados devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, que venham a ter conhecimento em contacto com as atividades da AMT, ou que resultem da realização dos trabalhos, sob pena de conferir à AMT o direito de rescindir o contrato e ser indemnizada pelos danos causados.
- 2 - Toda e qualquer informação ou documentação conhecidas no decurso da presente adjudicação não pode ser transmitida a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial

ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

- 4 - O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, mesmo após a cessação do contrato, salvo declaração expressa em contrário pela AMT, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Prevenção de conflitos de interesses**

- 1 - O adjudicatário declara sob compromisso de honra que não detém, nem deterá, direta ou indiretamente, quaisquer participações sociais ou interesses com empresas, grupos de empresas ou outras entidades destinatárias da atividade da AMT, nos termos e para os efeitos das alíneas b) e c), do n.º 1, do artigo 19.º, por remissão do n.º 5, do artigo 32.º, ambos da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.
- 2 - Se ao longo da vigência contratual vier a ocorrer algum facto relevante suscetível de originar conflito de interesses, nos termos acima indicados, o adjudicatário compromete-se a informar a AMT desse facto e a tomar as medidas necessárias para a sua superação.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Proteção de dados pessoais**

- 1 - Em virtude da entrada em vigor do contrato, a AMT poderá ter necessidade de disponibilizar ao adjudicatário o acesso a ficheiros contendo dados pessoais, apenas na estrita medida em que tal se mostre necessário à execução do objeto contratual, não tendo o presente contrato por objeto o processamento de dados pessoais.
- 2 - Na situação referida no ponto 1 da presente cláusula, o adjudicatário obriga-se a:

- a) Cumprir integralmente o disposto no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (doravante designado de RGPD) e demais legislação aplicável em matéria de segurança e tratamento de dados pessoais;
- b) Não utilizar os dados pessoais cujo acesso lhe esteja confiado para outras finalidades que não aquelas que clara e explicitamente se encontram identificadas nas cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos;
- c) Cumprir e garantir o dever de sigilo profissional relativamente aos dados pessoais a que possa vir ter acesso, não se encontrando autorizado a copiar, na totalidade ou em parte, a alterar o seu conteúdo e/ou a comunicá-los a terceiros mesmo após o termo da vigência do contrato;
- d) Garantir que o acesso aos dados pessoais é limitado apenas aos seus colaboradores que, conforme a necessidade, dele necessitam, os quais se comprometem expressamente e por escrito, a garantir a confidencialidade e a cumprir as medidas de segurança implementadas, nos precisos termos a que o adjudicatário se encontra obrigado e a demonstrar o cumprimento dessa obrigação, caso seja solicitado pela AMT;
- e) Tratar os dados pessoais de forma a garantir a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito, contra a sua perda, alteração, divulgação ou acesso não autorizados e destruição ou danificação accidental ou ilícita, adotando as medidas técnicas e organizativas necessárias;
- f) Notificar a AMT, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após ter tido conhecimento de uma violação de dados pessoais, devendo esta notificação conter, pelo menos, a descrição da natureza da violação ocorrida, a descrição das medidas adotadas e as propostas para reparar a violação de dados pessoais e a descrição das consequências prováveis da violação de dados pessoais.

- 3 - Está vedada ao adjudicatário a subcontratação a uma entidade terceira para cumprimento das obrigações resultantes do contrato, salvo autorização da AMT, nos termos da Cláusula 15.<sup>a</sup>.
- 4 - O adjudicatário declara, desde já, que implementou todas as medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo que o tratamento dos dados cumpra os requisitos específicos em matéria de dados pessoais, nomeadamente no que se refere à segurança do tratamento e à confidencialidade dos dados, assegurando a defesa dos direitos dos seus titulares, no estrito cumprimento e respeito pelos princípios relativos ao tratamento de dados pessoais decorrentes do RGPD.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Elementos do Contrato e Prevalência**

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado e os seus anexos.
- 2 - Consideram-se também integrados no contrato os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que expressamente aceites pela AMT;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos,
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada; e,
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Na execução do contrato observa-se também:
  - a) O Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;
  - b) Os demais diplomas legais e regulamentares que se encontrem em vigor e que se relacionem com o objeto do contrato a celebrar, os quais serão considerados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

- 4 - Em caso de divergência entre os vários documentos que fazem parte integrante do contrato seguem estritamente as regras que constam dos n.ºs 5 e 6 do artigo 96.º do CCP.
- 5 - Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, o adjudicatário deverá:
- a) Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à AMT e aceitar as decisões que esta tomar;
  - b) Se as dúvidas ocorrerem após o início da vigência do contrato, o adjudicatário deverá formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso.
- 6 - A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do número anterior torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

##### **Publicidade**

O adjudicatário não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade, sem a prévia autorização da AMT.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Notificações e Comunicações**

As notificações e as comunicações serão efetuadas ao longo da vigência contratual de acordo com o regime previsto no CCP.

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

##### **Contagem de prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do artigo 471º do CCP.

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **Pacto de Competência**

Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos à presente prestação de serviços será exclusivamente competente Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

##### **Direito aplicável**

- 1 - O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretadas de acordo com as suas regras.
- 2 - As partes no contrato que tenham dúvidas acerca do significado de quaisquer documentos contratuais, devem suscitar as mesmas à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.
- 3 - Se qualquer disposição do contrato ou de quaisquer documentos contratuais for anulada ou declarada nula, as restantes disposições não serão prejudicadas por esse facto, mantendo-se em vigor.

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

##### **Entrada em vigor**

O contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

## **PARTE II - CLAÚSULAS TÉCNICAS**

O contrato a celebrar tem como objeto a Aquisição e instalação de um sistema de controlo de acessos ao edifício sede da AMT.

### **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

#### **Equipamentos**

- 1 - Os equipamentos fornecidos devem cumprir com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente, no que respeita ao RGPD.
- 2 - No Anexo 1 ao presente caderno de encargos identificam-se todos os equipamentos a fornecer, as respetivas quantidades e locais de instalação, bem como as respetivas especificações.

### **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

#### **Entrega e montagem dos Equipamentos**

Os bens devem ser entregues, acompanhados da respetiva guia de remessa, devendo a sua instalação ocorrer em dias úteis e horário a articular com a AMT.

### **Cláusula 29.<sup>a</sup>**

#### **Funcionalidades e Características do Sistema**

O sistema fornecido deve ter as seguintes características:

- a) Integração com o software Time HR em utilização na AMT.
- b) Restrição ou permissão do acesso a determinados locais.
- c) Limitação do acesso por dias da semana incluindo dias especiais.
- d) Definição de áreas e horários de acesso aos locais.
- e) Atribuição de diferentes planos de acessos por pessoa ou grupo de pessoas.
- f) Visualização de marcações em tempo real por área.
- g) Consulta de presentes e ausentes.
- h) Possibilidade de customizar a informação de acordo com o perfil do utilizador
- i) Ambiente configurável ao nível do perfil do utilizador.



- j) Definição e monitorização de eventos, abertura de porta, tentativa de acesso, quebra de vidro, entre outros.
- k) Possibilidade de definir a função "anti-passback" por terminal.
- l) Agendamento de alterações de acessos.
- m) Possibilidade de obter relatório de presenças em tempo real.
- n) Consulta de acessos aceites e não aceites por pessoa e terminal.
- o) Controlo de validade de documentos de identificação das pessoas.
- p) Definição e consulta de Layouts, visualização gráfica da planta do local com identificação dos vários pontos de acesso.
- q) Monitorização em tempo real das ocorrências, eventos com informação gráfica possibilidade de intervenção do utilizador.
- r) Simulador de Acessos, para validação do comportamento dos terminais face a determinadas identificações de pessoas.
- s) Revista aleatória.

### **Cláusula 30.<sup>a</sup>**

#### **Requisitos técnicos dos terminais de acessos do exterior**

São requisitos técnicos mínimos dos terminais de acessos do exterior (porta principal e garagem):

- a) A proteção contra vandalismo e índice de proteção compatível com o IP65;
- b) O uso dos sistemas alternativo de acesso com reconhecimento facial por fusão, impressão digital ou cartão RFID.

### **Cláusula 31.<sup>a</sup>**

#### **Requisitos técnicos dos terminais de acessos interiores**

São requisitos técnicos mínimos dos terminais de acessos interiores:

- a) O uso dos sistemas alternativo de acesso com pin, impressão digital ou cartão RFID;
- b) Compatibilidade com as portas e outros condicionantes físicos já existentes no edifício.

### **Cláusula 32.<sup>a</sup>**

#### **Atualizações e Suporte**

A proposta deve contemplar o direito a atualizações, correções que se mostrem necessárias, e suporte ilimitado remoto às soluções ELO existentes na AMT.

### **Cláusula 33.<sup>a</sup>**

#### **Níveis de Serviço**

- 1 - O tempo máximo de resposta a um pedido endereçado ao serviço de *help desk* será de 8 horas úteis.
- 2 - As intervenções nas instalações da AMT devem ser prestadas no prazo máximo de 2 dias úteis para pedidos de intervenção recebidos antes das 12h00m, e de 3 dias úteis quando os pedidos ocorrerem após as 12h00m.
- 3 - Sempre que a anomalia não tenha sido solucionada, após intervenção técnica, o adjudicatário indicará no documento de relatório de visita, quais as ações seguintes a efetuar e prazos temporais previstos para a sua execução.
- 4 - No caso de problemas relacionados com software, os tempos médios de resolução para os problemas reportados deverão ter em conta o seu grau de gravidade, assim:
  - i. Incidente *software* crítico – até 3 dias;
  - ii. Incidente *software* grave – até 5 dias;
  - iii. Incidente software não grave – até 15 dias.

### **Cláusula 34.<sup>a</sup>**

#### **Prazos de garantia**

- 1 - Os bens fornecidos estão cobertos por garantia pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, aplicável por remissão operada pelo n.º 1.º do artigo 444.º do CCP.

- 2 - Durante o período referido no número anterior, o adjudicatário deverá assegurar a reparação e a reposição do seu funcionamento, em resultado de deficiências de fabrico, sem quaisquer encargos inerentes à sua reparação para a AMT.

### Anexo 1

Quantidade	Piso – Ed. AMT	Descrição
12	-4 ao 8	Security Value - Licença por terminal adicional para versão
10	0 a 8	Terminal de acessos e assiduidade Suprema Bio Lite N2 Fingerprint reader/controller, Dual RFID(125kHz EM & 13.56MHz MIFARE, MIFAREPlus, DESFire/EV1), 2.4GHz BLE, Optical Sensor(OP6), IP67
2	Porta principal e Garagem	Suprema FaceStation F2, Reconhecimento facial por fusão (IR+Visual), Impressão digital (sensor Slim 2) Dual RFID (125kHz EM, & 13.56Mhz MIFARE, DESFire/EV1/EV2, FeliCa, NFC, ISO14443A, BLE), IP65
10	0 a 8	Fonte de alimentação 12VDC 3AH em caixa metálica (sem baterias)
2	Porta principal e Garagem	Fonte de alimentação 24VDC 3AH em caixa metálica (sem bateria)
14		Bateria de 12V/7AH MaxEnergy
12		Suporte/base lacado a preto para terminais Suprema N2 e P2
10		Botoneira de emergência em cor verde, duplo pólo
8	0 a 8	Mola aérea, prata
8	0 a 8	Suporte em U para fecho electromagnético 300Kg
8	0 a 8	Suporte em Z para fecho electromagnético 300Kg
8	0 a 8	Fecho electromagnético, 300Kg, 12VDC, indicação do estado da porta
8	0 a 8	Botoneira Touchless, sem contacto
1	-4 ao 8	Materiais de fixação e identificação
1	-4 ao 8	Serviços de instalação e configuração dos equipamentos
6	-	Deslocação às instalações AMT
1	-	Prestação de serviços de assistência e manutenção ao Sistema de Gestão de Presenças e Assiduidade (incluindo o direito a atualizações e suporte ilimitado remoto às soluções ELO)